



#### **Crescimento de Moçambique em 2010**

O governo moçambicano aprovou o Plano Económico e Social (PES) para 2010, o qual estabelece as metas económicas a alcançar ao longo do ano. [Pag 2/3](#)

#### **Acordo de Cotonou Revisto**

A União Europeia (UE) e o Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) concluíram, um acordo sobre a segunda revisão quinzenal do Acordo de Cotonou. [Pag 3](#)

#### **A Língua Portuguesa no Mundo**

A Língua Portuguesa é falada por mais de 250 milhões de pessoas em todo o mundo, a grande maioria, quase 200 milhões, no Brasil, prevendo-se que esse número suba para os 335 milhões em 2050. [Pag 4](#)

#### **Guiné Equatorial e a CPLP**

A Guiné Equatorial continua empenhada na aproximação ao espaço da CPLP. Nesse sentido, está a esforçar-se para se articular com os países lusófonos nas Nações Unidas, tendo, desde já, manifestado a sua intenção de votar em Portugal para o Conselho de Segurança. [Pag 5](#)

#### **Eleições no Sudão**

O Sudão realizou eleições entre os dias 11 e 15 de Abril, as quais foram as primeiras verdadeiramente livres desde 1986. [Pag 6](#)

#### **PR Moçambicano Visita Portugal**

A convite das autoridades portuguesas, deslocou-se, em Abril, em visita oficial a Portugal o Presidente Moçambicano, Armando Guebuza. [Pag 7](#)

#### **FMI prevê crescimento em vários países lusófonos**

Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) as economias de vários países lusófonos vão crescer em 2010. [Pag 8](#)

#### **Tensão racial na África do Sul**

Apesar dos esforços das autoridades sul-africanas, à onda de criminalidade que assola o país, veio agora juntar-se o agravamento do relacionamento entre brancos e negros. [Pag 9](#)

#### **Nova Constituição em Cabo Verde**

O novo texto da Constituição da República de Cabo Verde já está em vigor, após ter sido publicada em Maio no Boletim Oficial. [Pag 9/10](#)

#### **Fórum Económico em África**

Sob o lema "Repensando a Estratégia de Crescimento em África" realizou-se em Maio, em Dar-es-Salaam, Tanzania, o XXVIII Fórum Económico Mundial para África, reunindo mais de 1.000 participantes oriundos de 85 países, entre Chefes de Estado e de Governo, académicos, homens de negócios e representantes da sociedade civil. [Pag 10](#)

#### **ANIP aprova investimentos**

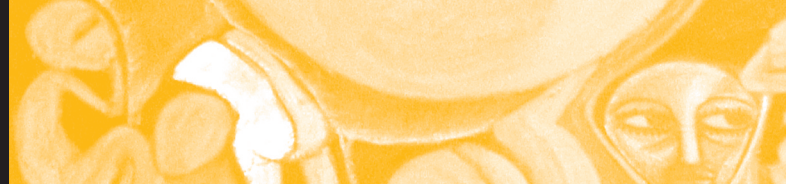
A Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) de Angola aprovou, no ano passado, um volume global de investimento de quase 2 mil milhões de dólares, afirmou o seu Director de Operações e Investimento, Luís Domingos. [Pag 11](#)

#### **ONU cria Tribunal contra a Pirataria na Somália**

As Nações Unidas decidiram criar um Tribunal especial nas Seychelles para julgar os piratas apanhados pelas forças navais da União Europeia que patrulham a costa marítima da Somália. [Pag 11](#)

#### **Morte do Presidente Nigeriano**

O Presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua, morreu, a 5 de Maio, aos 58 anos, vítima de doença cardíaca. [Pag 12](#)



## Crescimento de Moçambique em 2010

■ Luís Castelo Branco

O governo moçambicano aprovou o Plano Económico e Social (PES) para 2010, o qual estabelece as metas económicas a alcançar ao longo do ano. O PES constitui um instrumento de operacionalização dos objectivos de política económica e social. O PES prevê para 2010 um crescimento económico de 6,2% e uma taxa de inflação de 9,5%.

Para a concretização destes objectivos, serão determinantes os desempenhos das áreas da indústria extractiva, onde se prevê um aumento para 41,7%, electricidade e água (12%), agricultura (11,9%), serviços (11,9%), transportes e comunicações (9,2%), comércio (7,4%) e construção (4,1%).

Em 2009, a indústria extractiva contribuiu em 22,3% para a produção global, uma variação de 19,4 pontos percentuais comparados com as previsões para este ano. A contribuição positiva da indústria extractiva baseou-se no gás natural, devido à aprovação do programa de expansão e ao início da produção do carvão mineral nos empreendimentos da empresa australiana Riversdale Mining de Moatize e Benga, na província de Tete.

Segundo o PES, o sector agrícola vai aumentar, em 2010, em cerca de oito pontos percentuais, para 11,9%, resultado da materialização do plano de acção para a produção de alimentos, iniciado há dois anos e com fim previsto para 2011. A concretização deste programa visa eliminar o défice nos principais produtos alimentares e reduzir a dependência das importações no contexto de incertezas na produção mundial. Na sequência da crise alimentar de 2008, o país decidiu criar políticas e mecanismos que diminuam a sua dependência alimentar em relação ao exterior.

Embora a maioria dos sectores vá conhecer um crescimento em 2010, o sector da construção vai conhecer um decréscimo de 13%, baixando dos 17,1%, no ano passado, para 4,1% em 2010.

A proposta do PES aponta, por outro lado, para que a conjuntura dos mercados será desfavorável para o país, facto que implicará uma alteração, em alta, no preço dos combustíveis em 2010. Esta situação tem implicações sérias para Moçambique face à política de combustíveis que o governo tem vindo a praticar. Em 2009 quando o Governo pretendeu aumentar o preço dos combustíveis ocorreram incidentes sociais nas principais cidades moçambicanas, o que obrigou o executivo a recuar nas suas intenções.

A política de subsídios praticada pelo governo teve que ser revista no início de 2010, o que implicou um aumento do preço dos combustíveis

pagos pela população. Após ter aumentado o preço dos combustíveis em Março, o Governo voltou a fazê-lo em Abril e novamente em Maio.

Estes aumentos foram, em parte, minimizados pela decisão das autoridades em reduzir em 50% o Imposto de Combustível na taxa sobre o gasóleo para os sectores da agricultura, indústria mineira, geração da corrente eléctrica nos distritos não contemplados pela rede nacional, pescas artesanal, semi-industrial e industrial.

O aumento previsto nos combustíveis gerará, de acordo com o PES, um agravamento nos custos de produção e de transporte de mercadorias, pressionando a inflação do lado da oferta de bens e serviços, prevendo-se que a taxa de inflação média seja na ordem dos 9,5%.

De acordo com as estimativas do executivo de Maputo, as exportações vão atingir mais de 1,5 mil milhões de euros, um crescimento de 10% comparada com as projecções de 2009. As exportações dos grandes projectos poderão crescer 12% e as tradicionais 4%, segundo o PES, prevendo que as exportações dos grandes projectos aumentem 1,1 mil milhões de euros.

Estes aumentos serão impulsionadas principalmente pelas exportações de alumínio, produzidos pela MOZAL, cujas receitas poderão aumentar em 13%, atingindo 749 mil milhões de euros, com a melhoria da conjuntura no mercado internacional.

As importações deverão crescer em 1% este ano, passando para 2,5 milhões de euros, devido em 14% às necessidades dos grandes projectos. O governo moçambicano afirma, ainda, que a previsão do aumento do valor das importações poderá ser explicada pela subida das importações de bens de capital em 20%, bens de consumo em 12% e de combustíveis em 25%.

Paralelamente à aprovação do PES, o Governo Moçambicano aprovou o Plano Quinquenal para o período 2010-2014. O objectivo central deste Plano é o de combater a pobreza com vista a melhorar as condições de vida do povo moçambicano em ambiente de paz, harmonia e tranquilidade.

O Governo pretende alcançar os objectivos do Plano Quinquenal através da promoção do crescimento socioeconómico rápido, sustentável e abrangente, com incidência nas acções na área de desenvolvimento rural, serviços sociais básicos e infra-estruturas, criação de oportunidades de emprego, bem como na criação de um





## Acordo de Cotonou Revisto

ambiente favorável ao investimento privado e desenvolvimento do empresariado nacional.

Os objectivos gerais do Plano Quinquenal são:

- Consolidação da unidade nacional, paz e democracia;
- Combate à pobreza e promoção da cultura de trabalho;
- Boa governação, descentralização, combate à corrupção e cultura de prestação de contas;
- Reforço da soberania;
- Reforço da cooperação internacional.

O crescimento moçambicano continua muito dependente da ajuda externa, a qual representa cerca de 50% do seu orçamento. O apoio que é prestado pelos doadores, a maioria dos quais apoia financeiramente o orçamento de Moçambique e os orçamentos de diversos sectores, tem sido alvo de controvérsia. Alguns dos maiores doadores de Moçambique, como o Reino Unido, Alemanha, Holanda e Suécia, manifestaram o seu desagrado pela forma como decorreram as últimas eleições. Segundo estes doadores, os atropelos verificados, nomeadamente na fase do registo eleitoral, representaram um sério revés no aprofundamento da democracia neste país. Assim sendo, futuros apoios financeiros estarão dependentes do compromisso das autoridades de Maputo em promover algumas reformas.

Para garantir a continuação do apoio ao orçamento, o grupo dos 19 países, G-19, e organizações multilaterais que financiam o Orçamento do Estado (Parceiros de Apoio Programático) exigiram às autoridades de Maputo a reforma da legislação eleitoral, a promoção de leis sobre conflito de interesses para combater a corrupção e a redução da influência do partido FRELIMO.

Esta posição de pressão política sobre Moçambique não foi, no entanto, consensual, entre os membros do G-19. Alguns países, entre eles Portugal, Espanha e Itália, consideraram que se estava a entrar, em demasia, na esfera política, o que não era o âmbito de actuação do Grupo de Apoio ao Orçamento. No entanto, a maioria dos doadores, incluindo os maiores contribuintes, Reino Unido, Alemanha, Suécia e Holanda, concordaram com estas exigências, defendendo inclusive a possibilidade do Apoio ao Orçamento ser efectuado através de tranches flexíveis, ou seja, seriam pagas conforme o cumprimento por parte de Maputo das exigências feitas.

A União Europeia (UE) e o Grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) concluíram, um acordo sobre a segunda revisão quinquenal do Acordo de Cotonou.

O Acordo de Cotonou é um acordo comercial assinado, a 23 de Junho de 2000, entre a União Europeia e os países ACP destinado a regulamentar a relação ACP-UE pelo menos até 2020. O Acordo de Cotonou tem como principais objectivos a redução da pobreza e, a prazo, a sua erradicação e a integração progressiva dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico na economia mundial, em consonância com os objectivos de desenvolvimento sustentável.

No comunicado final da reunião do Conselho conjunto ACP-UE, o ministro gabonês da Economia e Comércio, Paul Bunduku-Latha, à frente da delegação ACP, anunciou que a cerimónia oficial de assinatura do Acordo de Parceria ACP-UE revisto terá lugar em Junho em Ouagadougou, no Burkina Faso.

O Acordo agora revisto visa reforçar a parceria entre os 27 países da União Europeia e os 78 países de África, Caraíbas e Pacífico, uma vez que os dois grupos de parceiros conseguiram harmonizar as suas posições sobre as crises, a energia, a ajuda alimentar e o apoio financeiro, com vista à luta contra a pobreza.

No entanto, devido a divergências persistentes, as duas partes vão prosseguir as negociações sobre a migração, assunto que será objecto, mais tarde, de uma declaração comum, segundo o Comissário da UE para o Desenvolvimento, Andries Piebalgs.

A grande divergência entre os dois Grupos tem a ver com a política de readmissão, nos seus países de origem, dos migrantes clandestinos ACP encontrados no espaço europeu. A UE pretende combater a imigração ilegal, criando regras sobre a imigração para melhor controlar o fenómeno e permitir a entrada controlada no espaço comunitário. A posição de alguns países mais fustigados pelas vagas de imigrantes ilegais, sobretudo registadas em 2008 e 2009 em Itália, Espanha e Malta, adoptaram posições menos flexíveis em relação aos imigrantes ilegais.





## A Língua Portuguesa no Mundo

A língua portuguesa é falada por mais de 250 milhões de pessoas em todo o mundo, a grande maioria, quase 200 milhões, no Brasil, prevendo-se que esse número suba para os 335 milhões em 2050.

Na lista das línguas com maior número de falantes, o Português surge entre o quinto e o sétimo lugar, variando conforme os critérios das organizações que as elaboram. Se o critério for apenas o da língua materna, o Português surge em sétimo lugar, mas se for analisado também como segunda língua, então sobe para o quinto lugar das tabelas.

Falado nos cinco continentes, o Português é a língua oficial de oito países: Angola (12,7 milhões de habitantes), Brasil (198,7 milhões), Cabo Verde (429 mil), Guiné-Bissau (1,5 milhões), Moçambique (21,2 milhões), Portugal (10,7 milhões), São Tomé e Príncipe (212 mil) e Timor-Leste (1,1 milhões). Além da população residente, a maioria desses países tem uma vasta população emigrante, situação que favorece a divulgação e expansão do Português no mundo. Dados oficiais indicam que existem mais de cinco milhões de emigrantes portugueses, espalhados sobretudo por França, Luxemburgo, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Venezuela, e uma diáspora brasileira de três milhões.

Apesar de ser uma língua em expansão, a verdade é que o português não está totalmente consolidado em alguns dos países que o usam como língua oficial. Em Timor-Leste só uma minoria de pessoas fala Português e em países como a Guiné-Bissau e Moçambique predominam outras línguas nacionais.

Na Internet, a importância do Português é mais facilmente avaliada, sendo o sexto idioma mais divulgado. De acordo com o site "Internet World Stats 2010"<sup>1</sup>, cerca de 77,6 milhões de pessoas navegam em Português, o que faz com que seja a quinta língua mais utilizada, a seguir ao inglês, chinês, espanhol e japonês. Entre 2000 e 2009, o número de utilizadores de Português na Internet aumentou 864 %.

Um estudo recente revela também que o Português é a terceira língua mais utilizada na rede social Twitter, depois do Inglês e do Japonês.

A língua portuguesa está já presente nos sítios da Internet de alguns blocos político-económicos como a União Europeia, o Mercosul e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Contudo, os sítios na Internet das Nações Unidas, União Africana,

NATO, Programa da ONU para o Desenvolvimento (PNUD) e a União dos Estados Ibero-americanos (UEI) não apresentam ainda a língua portuguesa como alternativa de escolha.

Para debater o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e delinear estratégias, dezenas de especialistas juntaram-se numa Conferência Internacional, que se realizou em Março, em Brasília.

Escritores, académicos, professores, editores, jornalistas e outros profissionais directamente vinculados à difusão da língua reflectiram sobre o fortalecimento do ensino do idioma, a sua aplicação em organizações internacionais e a importância das diásporas de cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

A realização desta Conferência foi decidida em Julho de 2009, quando os Ministros das Relações Exteriores dos 8 países membros da CPLP se reuniram na Cidade de Praia, capital de Cabo Verde. A Conferência pretendeu, entre outros objectivos, discutir as políticas que visem promover a inclusão do português entre as línguas oficiais nos trabalhos da ONU e reforçar o papel do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.



Notas:

<sup>1</sup> <http://www.internetworldstats.com/stats7.htm>

## Guiné Equatorial e a CPLP

A Guiné Equatorial continua empenhada na aproximação ao espaço da CPLP. Nesse sentido, está a esforçar-se para se articular com os países lusófonos nas Nações Unidas, tendo, desde já, manifestado a sua intenção de votar em Portugal para o Conselho de Segurança. Com a concorrência da Alemanha e Canadá, Portugal é candidato a um dos dez lugares não permanentes no Conselho de Segurança da ONU no biénio 2011-2012. Para o conseguir, pela primeira vez desde 1997-1998, Portugal tem de obter o voto de, pelo menos, 150 dos 192 países membros.

Segundo o representante permanente da Guiné Equatorial junto das Nações Unidas, Anatolio Ndong Mba, o contacto com os homólogos lusófonos na sede da ONU é permanente e muito próximo, numa altura em que o país se prepara para pedir a adesão à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A aproximação do regime de Malabo à CPLP iniciou-se em 2004, quando, a convite do Presidente Fradique de Menezes, o Presidente Obiang esteve presente na cimeira da CPLP que se realizou em São Tomé.

Para justificar esta adesão, Malabo tem-se apoiado nos laços históricos que unem o país a Portugal. A ilha de Ano Bom, na Guiné Equatorial, foi descoberta por exploradores portugueses, sob comando de Fernão do Pó, a caminho das Índias, a 1 de Janeiro de 1473, daí o seu nome. Oficialmente o território da Guiné Equatorial foi uma colónia portuguesa até 1778, altura em que foi cedida à Espanha.

Observador associado da CPLP desde 2006, a Guiné Equatorial mostra-se também disponível para apoiar o esforço financeiro para introdução do português como sétima língua oficial das Nações Unidas, objectivo prioritário para a CPLP.

A eventual adesão da Guiné Equatorial à CPLP não é um assunto pacífico no seio da organização fruto do regime político de Malabo. O país é governado, desde 1979, por Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, o qual é acusado de inúmeras violações dos direitos humanos e de reprimir qualquer contestação interna ao seu regime. Apesar das enormes reservas petrolíferas e dos dividendos obtidos, a maioria da população vive na pobreza.

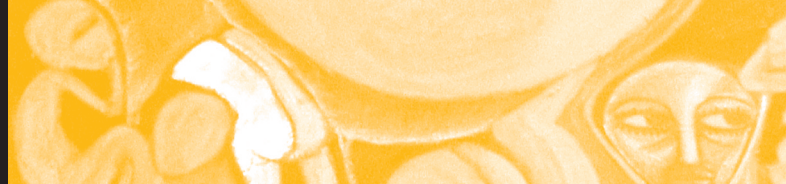
A ideia de aderir à CPLP ajudaria o regime de Malabo a escapar a um certo ostracismo internacional que está submetido devido ao seu regime político. Com vista a cativar os outros membros da CPLP, Malabo pretende incentivar as relações económicas, utilizando para tal as suas potencialidades petrolíferas. A Guiné Equatorial está interessada em diversas experiências dos países lusófonos,

nomeadamente, o programa brasileiro Fome Zero, a formação diplomática portuguesa e as trocas comerciais com Angola e São Tomé e Príncipe.

Ao contrário da Commonwealth (54 estados membros) e da Francofonia (56 estados membros), organizações que aceitam membros cujas línguas oficiais não são a da antiga potência colonial, para a CPLP a adopção do Português como língua oficial é uma condição sine qua non para a adesão de novos membros. Portanto, quando em 2002, Timor-Leste se tornou no oitavo membro da CPLP, a Comunidade lusófona parecia completa.

A CPLP espera admitir a Guiné Equatorial como estado membro de pleno direito na próxima Cimeira de Chefes de Estado, a realizar em Junho em Luanda. Com vista promover o ensino do português, que passará a ser a terceira língua oficial da Guiné Equatorial, a par com o espanhol e com o francês, Portugal já manifestou a disponibilidade de apoiar Malabo com o envio de professores.





## Eleições no Sudão

O Sudão realizou eleições entre os dias 11 e 15 de Abril, as quais foram as primeiras verdadeiramente livres desde 1986. Apesar de alguns problemas detectados e denunciados pela oposição e por diversas Missões de Observação Eleitoral, este acto foi considerado um acontecimento histórico na democratização do país.

Depois de 24 anos sem a realização de eleições, a população sudanesa depositava grandes esperanças numas eleições que possibilitassem a criação de uma corrente política forte de oposição ao Presidente Omar al-Bashir, apesar de existirem poucas dúvidas em relação à vitória deste. Porém a verdade é que a desistência da corrida às eleições, por parte de algumas formações da oposição, nomeadamente o Movimento de Libertação do Povo do Sudão liderado por Yasser Arman, foi encarada pela população como tendo sido uma traição à confiança que neles depositava.

O período que se seguiu ao anúncio da desistência foi imediatamente aproveitado pelas forças afectas a al-Bashir, as quais lançaram na imprensa local uma campanha que tentou estabelecer uma ligação entre a oposição e as grandes potências internacionais, acusando as mesmas de tentarem desprestigiar e minimizar a importância das eleições.

De acordo com essa campanha, algumas forças da oposição teriam sido seduzidas pelos Estados Unidos e pela França para participarem num plano que visava desacreditar o processo e o inerente resultado das eleições. Internamente, porém, a oposição saiu extremamente fragilizada de todo este processo, uma vez que o processo permitiu a legitimidade política de al-Bashir.

O processo eleitoral, o qual decorreu sob o olhar de mais de 800 observadores internacionais, permitiu que 16 milhões de sudaneses escolhessem o seu Presidente, os deputados da Assembleia Nacional, os Governadores e Assembleias dos 25 Estados e o Presidente e Assembleia da região sul do país. Num país com 30% de analfabetos, principalmente no sul, o processo de votação apresentou-se algo confuso para os eleitores, com 12 boletins de voto, muito dos quais votaram pela primeira vez.

As eleições foram encaradas como um indicador chave para a realização do referendo sobre o futuro político do sul do país, agendado para Janeiro de 2011, o qual poderá dar a independência a esta parte do país, a qual é a mais rica devido às enormes reservas de petróleo que possui. A zona sul é, contrariamente ao norte islâmico, maioritariamente cristã e animista.

Segundo resultados oficiais divulgados no dia 27 de Abril pela Comissão Eleitoral sudanesa, al-Bashir e o seu partido, o Partido do Congresso Nacional obteve 68% dos votos em todo o país. Ao nível dos Estados, o partido de al-Bashir venceu em 14 dos 15 Estados do norte.

No sul, a vitória coube ao Movimento da Libertação do Povo do Sudão, ala política do Exército de Libertação do Sudão, e ao seu líder, Salva Kiir, que obtiveram 93% dos votos, vencendo em 9 dos 10 Estados do Sul, o que lhes permitirá continuar a governar essa região que já detém grande autonomia.

O Presidente al-Bashir é uma figura controversa no contexto internacional. O peso das exportações petrolíferas do país, aliada a algumas cumplicidades internacionais, nomeadamente por parte da China, permitiu-lhe adoptar uma posição de alguma arrogância perante as críticas que lhe têm sido endereçadas.

Omar al-Bashir está no poder desde 1989, altura em que liderou o golpe que derrubou o Presidente Sadeq al-Mahdi. Após a subida ao poder, al-Bashir suprimiu todos os partidos políticos, passou a exercer um forte controlo dos meios de comunicação social e dissolveu o Parlamento, convertendo-se em Director do Conselho Revolucionário para a Salvação Nacional, assumindo o posto de Chefe de Estado, Primeiro-Ministro, Chefe das Forças Armadas e Ministro da Defesa.

Face à dureza com que enfrentou a revolta na região sudanesa do Darfur, al-Bashir foi alvo, a 4 de Março de 2009, por parte do Tribunal Penal Internacional (TPI) de um mandado de prisão. Foi o primeiro Chefe de Estado em exercício a ser alvo de um mandado internacional, o qual foi justificado pelo TPI com base nas provas recolhidas sobre o conflito do Darfur. Segundo o TPI, as tropas sudanesas, sob comando de al-Bashir, seriam responsáveis pelo genocídio da população da região do Darfur.







# PR de Moçambique Visita Portugal

A convite das autoridades portuguesas, deslocou-se, em Abril, em visita oficial a Portugal o Presidente Moçambicano, Armando Guebuza. Esta foi a primeira viagem oficial de Guebuza após a sua reeleição, o que demonstra a importância que as autoridades de Maputo atribuem ao seu relacionamento com Lisboa.

A comitiva do Presidente moçambicano integrou 70 empresários que pretendem aproveitar a excelente relação política para desenvolver parcerias com empresas portuguesas e aprofundar as relações económicas entre os dois países.

A visita também foi aproveitada pelas autoridades de Maputo para promover o mercado moçambicano. O governo moçambicano e o sector privado já identificaram as áreas em que pretendem apostar, destacando-se a área da agricultura, turismo, energia e produção mineral. As parcerias que Moçambique pretende promover visam colmatar as suas limitações no campo tecnológico e financeiro, recorrendo para tal a parceiros portugueses.

A deslocação do Presidente da República de Moçambique a Portugal realizou-se num período em que as relações de amizade e cooperação registam um nível bastante elevado, resultado alcançado durante as visitas realizadas pelo Presidente português, Cavaco Silva, em 2008, e pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, este ano. Este bom relacionamento também se deve ao facto de se ter resolvido a questão da posse da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, cuja reversão a favor de Moçambique ocorreu em 2007.

A visita também serviu para a avaliação da implementação, que se entendeu que fosse rápida, dos acordos assinados há cerca de dois meses, para além de tentar abrir outros caminhos na cooperação entre os dois países. Entre os diversos domínios de cooperação, o governante moçambicano referiu-se, com destaque, ao das estradas e energia, celebrados durante a última visita do Primeiro-Ministro português a Moçambique.

O aprofundamento do relacionamento também tem implicações no campo dos investimentos. A título de exemplo, só no ano passado o investimento português em Moçambique foi de 689 milhões de dólares americanos, o que colocou Portugal no segundo lugar depois da Noruega, no conjunto dos 45 países que investem nos diferentes sectores da economia moçambicana.

O Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, enalteceu as excelentes relações com Portugal, país que está entre

as dez maiores fontes de investimento directo estrangeiro no país africano. No âmbito dos projectos portugueses aprovados em 2009, Guebuza destacou o que foi feito na área florestal de mais de dois mil milhões de dólares pela empresa portuguesa Portucel.

Armando Guebuza lembrou que o Governo de Moçambique aprovou em 2009 um total de 250 projectos de investimento avaliados em cerca de 6 mil milhões de dólares, taxa que elevou para cerca de 16 mil milhões de dólares (12 mil milhões de euros) o volume de investimento aprovado nos últimos cinco anos.

Por outro lado, as exportações moçambicanas para Portugal aumentaram em mais 27 %, no ano passado, o que se traduziu em 42,8 milhões de dólares. No mesmo período, as exportações portuguesas para Moçambique ascenderam a mais de 121 milhões de dólares, colocando este país no segundo importador dos produtos portugueses, depois de Angola, no conjunto dos países da CPLP.

Durante a visita, Armando Guebuza visitou uma série de empreendimentos socioeconómicos, com o intuito de se inteirar das suas capacidades empresariais e assim poder aferir o que se pode replicar em Moçambique, e participou num seminário empresarial, em que foram abordadas as oportunidades de negócios e as estratégias para o reforço da cooperação empresarial bilateral.

Entre esses empreendimentos, destacam-se uma Rede Nacional de Mercados de Abastecedores, mais conhecido por IMAB-MARI, um projecto concebido para ser posto em prática em Moçambique no domínio da logística alimentar que será mais conhecida por Fomentinvest, Parque Eólico da Serra d'El Rei e uma central vocacionada às energias renováveis conhecida com a sigla ENERNOVA.

A visita do Presidente Guebuza terminou com a assinatura de 10 acordos de cooperação entre os dois países em diversos domínios socioeconómicos.

Destes 10 acordos, seis foram rubricados pelos dois governos e quatro por empresas públicas e privadas. Dos acordos assinados pelos governos destacam-se uma convenção sobre segurança social, um acordo sobre o serviço aéreo e três protocolos: o primeiro sobre a construção de estradas na Zambézia, o segundo, denominado Kapulana e que prevê a construção de hotéis e o terceiro relativo à construção de um Centro de Bio-Tecnologias. Na sequência do estabelecimento, em Março último, do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, ambos os países concordaram em realizar, em 2011, a primeira das Cimeiras Anuais.



## FMI prevê crescimento em vários países lusófonos

Segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) as economias de vários países lusófonos vão crescer em 2010. A diminuição no comércio internacional e nos preços das mercadorias durante a actual crise afectou, seriamente, a África subsaariana, mas a recuperação de ambos está a suportar a retoma da economia nestes países, sustenta o FMI no seu relatório sobre a economia mundial.

Ainda assim, há circunstâncias que beneficiam uns e prejudicam outros, como por exemplo o preço do petróleo mais elevado do que esperado, o qual vai beneficiar muito os países exportadores, como é o caso de Angola, mas aumentar a inflação principalmente nos países importadores.

O FMI prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) de Angola, depois de uma quebra de 0,4 por cento em 2009, cresça 7,1 % este ano e 8,3% em 2011.

A projecção do FMI foi conhecida em simultâneo com a notícia de que o Fundo aprovou um crédito de 171,5 milhões de dólares para Angola. Esta aprovação aumentou para 514,5 milhões de dólares o montante desembolsado pelo FMI a Luanda.

Esta aprovação surgiu após o FMI ter avaliado positivamente o desempenho do programa económico angolano apoiado pelo acordo stand-by. Segundo o FMI, a implementação pelas autoridades angolanas do seu programa de reformas, destinado a lidar com os desequilíbrios macroeconómicos de Angola, merece apoio continuado do Fundo. As medidas em prática e planeadas oferecem confiança de que os objectivos do programa podem ser alcançados.

Em particular, o FMI aplaudiu a retoma dos leilões de moeda estrangeira, considerando prioritária a eliminação de controlos administrativos sobre o mercado cambial, uma vez implementadas medidas de estímulo da liquidez. Outro passo importante, adianta o FMI, é a publicação da posição financeira auditada do Banco Nacional de Angola

O acordo com Angola foi aprovado em Novembro de 2009, para apoiar o país a ultrapassar os efeitos da crise económica e financeira internacional, que reduziram as receitas petrolíferas, grande fonte de rendimento do país. Prevê um desembolso total de 1,3 mil milhões de dólares pelo FMI, ao longo de 27 meses.

Os outros países africanos de língua portuguesa tiveram crescimentos das suas economias mesmo no ano de crise internacional, mas com

uma desaceleração do crescimento, o qual será, no entanto, invertido este ano e no próximo, indica o FMI no seu 'World Economic Outlook'.

A economia de Moçambique deverá crescer 6,5% este ano e 7,5% em 2011, melhor que os 6,3% de progressão do PIB registados em 2009. Para Cabo Verde, o FMI projecta um crescimento de 5% este ano e 5,5% no próximo ano, depois de ter crescido 4,1% no ano passado.

O PIB da Guiné-Bissau deverá registar uma progressão de 3,5% em 2010 e de 4,3% em 2011, e o de São Tomé e Príncipe 4,5% este ano e 5,5% no próximo, acima dos 3%, conseguidos em 2009. No caso da Guiné-Bissau, a instabilidade política que o país tem vivido nos últimos anos poderão pôr em causa estas projecções.







## Tensão Racial na África do Sul

Apesar dos esforços das autoridades sul-africanas, à onda de criminalidade que assola o país, veio agora juntar-se o agravamento do relacionamento entre brancos e negros. Um conjunto de circunstâncias explicam o aumento da tensão racial, facto que tem ganho maior divulgação internacional devido à realização, em Junho, do Campeonato do Mundo de Futebol neste país.

Desde o momento da transição política em 1994, houve quem dentro do Congresso Nacional Africano (ANC) não aceitasse a política adoptada em relação à minoria branca, 9,8% do total da população do país, acusando-a de ser muito generosa. Com vista a garantir a paz no país, o governo de Mandela tudo fez para acalmar os receios da minoria branca, garantindo-lhes muitos dos seus privilégios. A questão mais delicada foi a questão da posse da terra, a qual não foi alterada. Na altura foi decidido que a alteração da posse da terra só seria feita mais tarde e através de processos de negociação, os quais implicariam o pagamento de indemnizações, a preço de mercado, aos seus donos.

Passados mais de 15 anos sobre a transição, os governos de ANC não foram capazes de alterar significativamente a posse da terra. A promessa do ANC era de transferir 30% das terras da minoria branca para a maioria negra. A falta de verbas, assim como complicações legais, inviabilizaram esta promessa.

Hoje em dia, e face à ausência de resultados, há quem defenda uma resolução mais rápida deste problema, seguindo o modelo zimbabweano. Acresce que, desde 1994 e segundo dados do Transvaal Agricultural Union (TAU SA), já foram assassinados 2.500 agricultores.

O sector mais radical do ANC encontrou no seu líder juvenil, Julius Malema, um eficaz porta-voz. Para além de elogiar a política agrária de Mugabe, visitando o Zimbabwe para apreciar os resultados desta política, Malema tem adoptado um discurso muito radical contra os brancos.

Este clima de animosidade foi agravado com o assassinato de Eugene Terreblanche, a 3 de Abril deste ano, o controverso líder do Movimento de Resistência Africâner (Afrikaner Weerstandsbeweging - AWB). Apesar de, aparentemente, terem sido razões económicas as responsáveis por este crime, a verdade é que para muitos brancos foi mais um crime político.

Após a morte de Terreblanche o país ficou suspenso das vinganças que pudessem surgir da extrema-direita branca. As quais poderão atingir o país durante a realização do Mundial de Futebol.

Paralelamente a uma eventual reacção do radicalismo branco, continuam a surgir provocações do lado do radicalismo negro. Pouco antes da comemoração do Dia da Liberdade, que se celebra a 4 de Maio, começaram a surgir mensagens que apelavam e instigavam à morte do maior número de brancos. Simultaneamente, e apesar dos apelos do governo à calma, Malema continua a instigar os seus apoiantes a promover cânticos que apelam à morte dos fazendeiros brancos sul-africanos.

Todo este ambiente só tem contribuído para o extremar de posições e para aumentar o clima de insegurança no país. Face à crescente insegurança. Muitos africânderes pretendem abandonar o país. Uma das hipóteses mais recentes foi a tentativa de obterem a nacionalidade holandesa, uma vez que, na origem, os africânderes descendem dos holandeses. Nesse sentido, foi pedido a intervenção de Geert Wilders, líder da extrema-direita holandesa, para que interceda a favor dos pedidos de nacionalidade que sejam apresentados pelos africânderes.

## Nova Constituição em Cabo Verde

O novo texto da Constituição da República de Cabo Verde já está em vigor, após ter sido publicado em Maio no Boletim Oficial. A nova Carta Magna do país, tinha sido promulgada a 6 de Abril último pelo Presidente de Cabo Verde, Pedro Pires.

O documento foi aprovado no Parlamento a 6 de Fevereiro, com 64 votos a favor, 38 dos deputados do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) no poder e maioritário e os 26 deputados do Movimento para a Democracia (MpD), o maior partido da oposição, sem votos contra e duas abstenções, as dos deputados da União Cabo-Verdiana da Independência Democrática (UCID). O documento foi negociado entre os deputados do PAICV e do MpD, motivo pelo qual os dois parlamentares da UCID se abstiveram na altura da votação final, por entenderem que o seu partido ficou à margem do processo.

A nova Constituição do arquipélago, esteve em discussão cerca de seis anos, e veio substituir a que vigorava desde 1990 (revista em



1999), e que permitiu a abertura ao pluralismo político no país, após o país ter sido governado nos primeiros 15 anos da independência (1975 a 1990) em regime de partido único pelo PAICV.

Na nova Constituição foram introduzidas várias inovações que contribuem para o amadurecimento da democracia, tal como referiram as direcções políticas do PAICV e do MpD, que a consideraram mais bem preparada para os desafios do futuro.

As principais novidades surgem no capítulo dos Direitos, Liberdades e Garantias dos Cidadãos, que saiu reforçado, bem como o sistema do Governo e a hipótese de se fazerem novas reformas na Justiça, bem como a possibilidade do Presidente dissolver o Parlamento sem o parecer favorável do Conselho da República.

Outras alterações passam pelas leis da organização judiciária, dos estatutos de magistério judicial e público, da autonomia financeira e da inspecção, bem como a instalação dos Tribunais de segunda instância e a realização de concursos públicos dentro dos prazos.

Outras mudanças significativas foram as que permitiram distanciar as eleições legislativas das presidenciais, que se realizavam normalmente em Janeiro e Fevereiro, uma vez que os dois maiores partidos políticos de Cabo Verde admitiram que a primeira votação condicionava sempre o sentido de voto da segunda. A medida, que obriga a que as duas votações ocorram com pelo menos seis meses de diferença, terá efeitos práticos já em 2011, com a realização, em princípio, das legislativas em Janeiro e das presidenciais em Outubro.

Uma das outras alterações está relacionada com o acesso ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), que a partir de agora vai passar a acontecer mediante concurso. Outra novidade refere-se às buscas nocturnas, que foram autorizadas, mas apenas com a presença de um magistrado do Ministério Público.

A revisão de 2010 não contempla alguns pontos, e destaca-se, a proposta da oficialização da língua cabo-verdiana, o crioulo, proposta que obrigava a exoneração do Governo, mediante a aprovação de uma única moção de censura e a proposta que obriga a audição parlamentar do Procurador-Geral da República (PGR) para a sua nomeação.

## Fórum Económico para África

Sob o lema “Repensando a Estratégia de Crescimento em África” realizou-se em Maio, em Dar-es-Salaam, Tanzania, o XXVIII Fórum Económico Mundial para África, reunindo mais de 1.000 participantes oriundos de 85 países, entre Chefes de Estado e de Governo, académicos, homens de negócios e representantes da sociedade civil.

O Fórum Económico Mundial é uma organização internacional independente empenhada na melhoria da situação económica do mundo, tendo assumido compromissos com líderes em termos de parceria para formular programas industriais à escala regional e mundial.

A reunião, que teve como pano de fundo a busca de alternativas para relançar a economia africana no período pós- crise financeira, decorreu em Mlimani City, arredores de Dar-es-Salaam, e foi oficialmente aberta pelo Chefe do Estado tanzaniano e Presidente em exercício da União Africana (UA), Jakaya Mrisho Kikwete. Entre os principais temas abordados, destacaram-se as questões relacionadas com a necessidade de se promover um ensino de qualidade, a criação de uma nova visão para a agricultura e a parceria entre China e África para o crescimento.

Segundo a Directora para África do Fórum Económico Mundial, Katherine Tweedie, há a convicção de que os mercados emergentes, entre os quais africanos, são os primeiros a mostrar sinais de retoma e espera-se que contribuam de maneira significativamente para o crescimento económico mundial na próxima década.

Vários Chefes de Estado e de Governo de África estiveram presentes neste evento, nomeadamente os presidentes Armando Emílio Guebuza, de Moçambique, Paul Kagame, do Ruanda, Ali Ben Bongo Ondimba, do Gabão, Hifikepunye Pohamba, da Namíbia, Jacob Zuma, da África do Sul, e Boni Yayi, do Benin. Os primeiros-ministros Raila Amolo Odinga, do Quénia, Morgan Tsvangirai, do Zimbabwe, e Meles Zenawi, da Etiópia, marcaram igualmente presença na reunião.



## ANIP aprova investimentos

A Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) de Angola aprovou, no ano passado, um volume global de investimento de quase 2 mil milhões de dólares, afirmou o seu Director de Operações e Investimento, Luís Domingos.

A missão da ANIP é a de contribuir para a execução de políticas governamentais que têm por objectivo apoiar o crescimento de uma economia diversificada e estável, susceptível de permitir que Angola participe de uma forma mais completa na economia global.

Com este objectivo em mente, a ANIP pretende promover o investimento privado por cidadãos angolanos e estrangeiros, em sectores industriais bem identificados e por zonas de desenvolvimento. A ANIP trabalha no âmbito de um enquadramento jurídico que proporciona incentivos financeiros ao investimento e procura dar apoio aos investidores através de modernos procedimentos de aplicação.

De acordo com Luís Domingos, a aposta dos investidores externos no mercado angolano permitiu a aprovação de 700 propostas de investimento nas áreas de energia e infra-estruturas.

O mercado angolano é um dos mais férteis em África. Os níveis de procura de investimento são consideráveis, fruto da política do Governo angolano na reconstrução das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e habitacionais. Em função dos objectivos do Governo, a ANIP tem procurado aprovar e fazer o acompanhamento dos projectos, tendo em conta a necessidade de criação de empregos, aumento do capital e melhoria da balança de pagamentos.

Apesar do grande interesse de empreendedores estrangeiros em implementar projectos no país, Luís Domingos reconheceu haver, ainda, muitas oportunidades de negócio nas mais diversas áreas que devem ser aproveitadas.

A preferência dos investidores estrangeiros continua a recair para a zona que engloba as províncias do litoral, onde os empresários procuram apostar, preferencialmente, nos sectores da indústria e construção civil. Nesse sentido, o governo pretende cativar potenciais novos investidores para as províncias do interior do país que, apesar da falta de infra-estruturas, têm um enorme potencial de crescimento económico.

## ONU cria Tribunal contra a Pirataria na Somália

As Nações Unidas decidiram criar um Tribunal especial nas Seychelles para julgar os piratas apanhados pelas forças navais da União Europeia que patrulham a costa marítima da Somália.

O Tribunal será instituído pelo Departamento da ONU para o Combate às Drogas e à Criminalidade. Uma instituição similar já está em funcionamento no Quénia.

Os países europeus mostram-se relutantes em julgar piratas somalis nos seus próprios tribunais, mas também não os querem enviar para terceiros países, onde poderão ser condenados à morte. A resolução da ONU visa acabar com a impunidade dos piratas capturados na costa da Somália pelas forças navais internacionais que patrulham o Golfo de Áden e o Oceano Índico. Muitos dos piratas capturados tiveram de ser libertados pelas dificuldades em processá-los nos países vizinhos como o Quénia e as Seychelles.

A ideia de se criar uma estrutura para enfrentar o fenómeno da pirataria na zona da Somália partiu da Rússia, um dos países que tem sido afectado pelos ataques dos piratas. De acordo com as autoridades russas, a ausência de um sistema legal estabelecido na luta contra a pirataria marítima impede a eliminação de todo o problema da pirataria.

Esta situação tem implicado que as pessoas suspeitas de pirataria são libertadas apenas porque é impossível levá-las rapidamente à justiça.

Segundo o International Maritime Bureau Piracy Reporting Center, piratas somalis atacaram, em 2009, 217 navios e sequestraram 47 deles. Em 2008, registaram-se 111 ataques piratas na costa da Somália, dos quais 42 com êxito. Estes ataques têm-se mantido apesar de cerca de 20 países, incluindo os principais países membros da NATO, Rússia, Índia, China e Japão, para além de vários países árabes, terem enviado navios de guerra para o Golfo de Áden.





## Morte do Presidente Nigeriano

O Presidente da Nigéria, Umaru Yar'Adua, morreu, a 5 de Maio, aos 58 anos, vítima de doença cardíaca. O Presidente interino da Nigéria, Goodluck Jonathan, prestou juramento como Presidente e Chefe Supremo das Forças Armadas da Nigéria a 7 de Maio.

A cerimónia de tomada de posse, organizada na sala no Palácio Presidencial, em Abuja, decorreu na presença de responsáveis da Assembleia Nacional, do vice-presidente do Senado, Ike Ekweremadu, e do Presidente do Parlamento, Dimeji Bankole. Os governadores dos diferentes Estados, os Ministros, o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, os chefes de serviços e principais assistentes do Presidente assistiram igualmente à tomada de posse. O novo Chefe de Estado nigeriano indicou, de imediato, após a cerimónia, que as suas prioridades serão a boa governação, a reforma eleitoral e a luta contra a corrupção.

Jonathan já tinha assumido a Presidência interina desde 9 de Fevereiro, data em que foi empossado por unanimidade pelo Parlamento, depois da ausência prolongada do Presidente Yar'Adua, evacuado para a Arábia Saudita a 23 de Novembro de 2009 para tratamento médico. Yar'Adua permaneceu mais de três meses na Arábia Saudita, tendo regressado à Nigéria em Fevereiro. Desde o seu regresso à Nigéria, Yar'Adua não apareceu em público.

Como não passou o poder formalmente a Jonathan em Novembro, o líder nigeriano gerou alguma tensão no país. O Parlamento teve que designar o Vice-Presidente como Presidente interino em Fevereiro. No entanto, a sua posse ocorreu contra a vontade do Governo e entre denúncias de inconstitucionalidade feitas pela oposição.

A 17 de Março passado, Jonathan dissolveu o Governo de Yar'Adua e considerou que era necessário proceder a uma renovação de pessoas e políticas para acelerar o desenvolvimento da Nigéria.

Cristão nascido a 20 de Novembro de 1957, em Otueke, no Estado de Bayelsa, Jonathan, que pertence à etnia Ijaw do Delta do Níger, é titular de uma licenciatura em Zoologia, um mestrado em Hidrobiologia das Pescas e doutoramento em Zoologia pela Universidade de Port Harcourt, no Delta do Níger. Trabalhou como inspector da educação, assistente e agente de protecção ambiental antes de entrar na política em 1998. O facto de ser cristão obriga-o a ter especial atenção à questão religiosa na sua governação. Para manter o equilíbrio religioso, o Presidente Jonathan nomeou como seu Vice-Presidente, Namali Sambo, um muçulmano que foi Governador do Estado de Kaduna.



### OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

### FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves  
191 - 4150-706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11  
E-mail: geral@fportugalafrica.pt  
www.fportugalafrica.pt

### Ficha Técnica

#### Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

#### Tiragem

500 exemplares

#### Impressão

Gutengráfica  
Depósito Legal: 223325/05